

Mesa não lê requerimento de CPI

A Mesa do Senado se negou ontem a ler o requerimento de instalação de CPI para investigar supostas irregularidades na Petrobras. Reunião de líderes havia decidido esperar esclarecimentos da empresa. **3**



Na reunião com Sarney (D), líderes concordaram em ouvir presidente da Petrobras antes de instalar CPI; Virgílio (ao microfone), que não participou do encontro, pediu criação da comissão de inquérito

“É preciso expulsar os maus políticos”, afirma Sarney

Segundo o presidente do Senado, o Poder Legislativo sofre com erros de seus membros e deve ser depurado para que possa cumprir a missão de representação popular. “Há políticos bons e políticos maus. O que precisamos é expulsar os maus”, declarou após a posse da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República. **2**

O centenário da primeira universidade brasileira

Em 17 de janeiro de 1909, com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus, surgia a primeira instituição universitária brasileira. O estado que a sediava, Amazonas, era um dos mais prósperos do país, devido à exploração da borracha. Os senadores lembraram a data e reverenciaram o “amor ao saber” cultivado pelos fundadores. **8**



No Plenário, senadores e convidados participam da sessão em que o Senado presta homenagem à centenária Universidade Federal do Amazonas

Recusa ao exame de DNA pode desfavorecer acusado

Projeto aprovado pela Comissão de Justiça vai agora ao exame do Plenário. **7**

Anúncio de emprego deve identificar o contratante

Objetivo é evitar que candidatos fiquem “à mercê de pessoas inescrupulosas”. **7**

Senado vai examinar regularização de terras

Projeto de conversão beneficia ocupantes de áreas da Amazônia Legal. **4**

Presidente do Senado afirma que o Poder Legislativo sofre com os erros de seus membros e deve ser depurado para cumprir sua missão de representação popular

Sarney prega a expulsão de maus políticos do Parlamento

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse na noite de ontem que “é preciso expulsar os maus políticos” como meio de fortalecer o Parlamento. Segundo ele, o Poder Legislativo sofre com os erros de seus membros, mas deve ser depurado para que possa cumprir a missão de representação popular.

– Há políticos bons e políticos maus. O que precisamos é expulsar os maus – declarou Sarney em entrevista após a posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

O presidente do Senado emitiu a opinião ao elogiar o discurso do presidente reconduzido da ANPR, Antonio Carlos Bigonha. O procurador defendeu o Parlamento e criticou a ingerência dos Poderes Executivo e Judiciário no processo legislativo na forma de medidas provisórias e súmulas vinculantes.

– Ele [Bigonha] definiu muito bem o papel do Legislativo, que

é a casa por meio da qual o povo tem condições de se expressar – afirmou Sarney.

No entender do procurador, a normalização da vida democrática exige “uma nova separação de Poderes” e a redefinição do papel do Senado: de um lado, com o resgate da sua vocação de “Casa revisora” e do outro com a assunção da tarefa de ser “a instância de revisão da própria jurisdição constitucional”.

O Senado, nessa concepção, controlaria os atos do que Bigonha chamou de legislador positivo (Câmara dos Deputados) e de legislador negativo (Supremo Tribunal Federal). Só assim, observou, seria devolvida a legitimidade ao ordenamento jurídico.

– Urge a promoção de uma ampla reforma política que estabeleça limites contra o avanço da técnica e do elemento jurídico sobre a democracia, e que resgate o voto e o processo eleitoral como instrumentos su-

perlativos de soberania popular – disse Bigonha.

Para ele, “afigura-se como risco para a democracia o avanço do Judiciário sobre as atribuições típicas do Parlamento”, sobretudo com a criação de leis.

– A edição de súmulas vinculantes em clara sobreposição ao legislador pode gerar, como em casos como o das algemas, manifestação unilateral e autoritária – criticou Bigonha.

Já o Executivo tira do Congresso o papel de protagonista do processo legislativo quando “resolve todos os seus problemas legislativos unilateralmente, através das medidas provisórias”, ressaltou.

– Não é de espantar que o mais popular dos Poderes da República ocupe as páginas dos jornais não em decorrência de decisões inerentes à sua competência intrínseca, que é a de legislar, mas sim pelos desacertos administrativos de seus gestores – assinalou o procurador.

Proposta da FGV está aberta a sugestões, afirma Heráclito

Após reunião da Mesa na manhã de ontem, o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que a proposta da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a reforma na estrutura administrativa da Casa “é boa”, porém com alguns aspectos negativos.

Em entrevista aos jornalistas, Heráclito acrescentou que medidas tomadas pela Presidência do Senado já resultaram em redução de despesas.

– O presidente Sarney já anunciou a redução de R\$ 50 milhões [nas despesas], mas estamos pedindo R\$ 70 milhões de corte.

Conforme observou o 1º secretário, outro objetivo das mudanças é a desburocratização.

A reformulação da estrutura administrativa da Casa, frisou o senador, seria sem efeito se eliminasse a denominação de diretor, mantendo a mesma função e o mesmo salário.

– O Senado precisa de uma estrutura administrativa enxuta e voltada para a atividade-fim do Parlamento – afirmou.

Ele ressaltou também ser necessária a criação de um plano de carreira para os servidores da Casa.

Diante da pergunta sobre o fato de a FGV haver recomendado, em 1996, o aumento do poder do diretor-geral, e atualmente aconselhar a diminuição desse poder, Heráclito disse que “reconhecer o erro” é ponto positivo da proposta.

Ele informou que o trabalho



Heráclito diz que há áreas críticas em que o terceirizado é essencial

da FGV já está à disposição na internet. O prazo para sugestões e críticas à proposta, segundo Heráclito, tem o objetivo de evitar que os funcionários da Casa aleguem que não tiveram conhecimento das mudanças.

– Não é um trabalho completo nem acabado, até porque abrimos um prazo de 30 dias para sugestões e críticas.

Perguntado se é possível diminuir a estrutura para sete diretorias, como propõe a FGV, o senador respondeu que não. Ele disse que, em 1991, havia 15 diretorias e, de lá para cá, vários órgãos foram criados, como, por exemplo, a TV Senado.

Heráclito informou ainda que haverá mudanças nos cargos terceirizados. Segundo ele, é necessário um equilíbrio entre concursados e terceirizados.

– Temos áreas críticas onde o terceirizado desempenha um papel preponderante. Não vamos acabar com o terceirizado – garantiu.

Cid pede apoio para projetos da área de educação

O governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), encontrou-se na tarde de ontem com José Sarney para pedir apoio a projetos da área de educação que estão tramitando no Congresso Nacional. Segundo o governador, divergências entre a oposição e o governo estão colocando em risco matérias de interesse dos estados.

– A oposição alega que o governo está elevando gastos de custeio com esses projetos, originários do Executivo, mas o nosso ponto de vista é que a educação é investimento – argumentou Cid Gomes.

O governador cearense referiu-se, entre outros, ao projeto



Cid Gomes (E) encontra-se com José Sarney no gabinete da Presidência da Casa

que visa aumentar a oferta de vagas no ensino superior, no âmbito do Programa de Apoio

ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Agripino anuncia que DEM é contra a taxa da poupança

“Nunca ninguém neste país mexeu em rendimento de poupança e para isto vão ter que passar por cima do partido Democratas”, declarou ontem o líder do DEM, José Agripino (RN). O senador disse ser contra a proposta do governo de taxar os rendimentos da caderneta de poupança em aplicações superiores a R\$ 50 mil, a partir de 2010.

A taxação está sendo proposta pelo Executivo em razão da progressiva redução da taxa de juros Selic, atualmente em 10,25% ao ano. Com isso, a poupança, que rende 6% ao ano mais taxa referencial de juros (TR), poderá tornar-se mais atraente que os fundos de investimento, por meio dos quais o governo financia a dívida pública interna, que hoje alcança R\$ 1,380 trilhão. O volume de reservas do país é de US\$ 210 bilhões.

– Temos uma posição muito

clara: vamos votar contra. O governo, para continuar a rolar a dívida interna, está dificultando a vida da classe média, quebrando a credibilidade da instituição poupança e prejudicando os poupadores, mesmo aqueles que têm mais de 50 mil reais, em torno de 2 milhões de brasileiros – afirmou.

Na avaliação do senador, o governo precisa encontrar uma forma de “fazer dinheiro” para não ficar na dependência dos fundos para a rolagem da dívida nem jogar a conta nas costas do poupador. Esse caminho, segundo José Agripino, passa obrigatoriamente pela redução dos gastos públicos, uma vez que, se a receita encontra-se em queda, as despesas também precisam baixar.

– O governo tem que promover um superávit ou a melhoria no desempenho dos gastos públicos. O poupador vai ser



Governo está dificultando a vida da classe média, afirma Agripino

obrigado a pagar imposto pela primeira vez, quando o governo bate recordes no aumento de gasto com cartões corporativos, em passagens aéreas e diárias. Tem que baixar o gasto público de má qualidade, diminuir a despesa. Do contrário, é mais penalização que o governo vai impor à classe média. E por isso vai nos encontrar pela frente.

Agripino destacou que o Brasil ainda detém a mais alta taxa de juros do mundo. E lamentou que a redução da Selic, reivindicada pelo DEM há mais de seis meses, tenha sido realizada tardiamente.

Senado leva várias obras à feira do livro de Palmas

O Senado Federal está participando com várias publicações do V Salão do Livro de Palmas, que começou no último dia 8 e se encerra neste domingo, devendo receber pelo menos 300 mil pessoas.

Como inovação, a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop) realiza no evento pesquisa que visa obter informações da população sobre as publicações, atendimento, livreria virtual e acesso aos veículos de comunicação da

Casa, entre outros assuntos.

Um dos destaques no estande da Casa é a *História da literatura ocidental*, de Otto Maria Carpeaux, considerada por vários críticos uma obra-prima. O Senado também levou à feira obras como *Os papagaios amarelos*, de Maurice Pianzola, que conta a história da influência francesa no Maranhão, editada em parceria com o Iphan. Entre os adolescentes, o sucesso fica por conta da vitrine com documentos históricos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sarney recebe embaixadora

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 11h a diretora do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Edileuza Fontenele.

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, com início às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e leitura de expediente. Entre os inscritos estão Marina Silva (PT-AC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

Senadores do PSDB consideram insuficientes esclarecimentos prestados por Sérgio Gabrielli e tentam, sem sucesso, criar comissão de inquérito

Mesa não lê requerimento de CPI da Petrobras

A MESA DO Senado se negou ontem a atender solicitação do PSDB, representado pelo líder Arthur Virgílio (AM) e pelos senadores Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE), de leitura do requerimento de instalação da CPI da Petrobras. O pedido de leitura do requerimento gerou debate acalorado em Plenário.

Após o não atendimento do pedido dos senadores tucanos pelo 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI), e 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), que presidiram consecutivamente a sessão, a 2ª vice-presidente Serys Slhessarenko (PT-MT) encerrou a sessão. Esse fato impediu que

o 1º vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), cuja chegada havia sido anunciada minutos antes por Arthur Virgílio, procedesse à leitura do requerimento.

Em Plenário, o líder tucano solicitou a leitura do pedido de abertura da CPI alegando que sua bancada havia considerado insuficientes os esclarecimentos prestados à tarde pelo presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, em reunião ocorrida no gabinete do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na opinião de Arthur Virgílio, um acordo de líderes, decidindo pela manhã, pela não abertura

da CPI até que Gabrielli seja ouvido por três comissões da Casa, não poderia se sobrepor a decisão posterior de sua bancada, sobretudo pelo fato de nenhum senador tucano ter participado da reunião.

Chamando atenção para o fato de sua assinatura constar do requerimento, Heráclito se negou a realizar a leitura. Em sua avaliação, o acordo firmado pelo colégio de líderes, na presença do líder do Democratas, José Agripino (RN), que teria dito na reunião dos líderes responder por Arthur Virgílio, não poderia ser ignorado.

– Eu jamais poderia, tendo

participado daquele entendimento, quebrar aquele compromisso a que assisti ser feito, sob pena, inclusive, de perderem a razão de ser as decisões tomadas por aquele colegiado – afirmou Heráclito, justificando sua decisão.

Jereissati criticou Heráclito por não atender, em sua avaliação, um direito considerado por ele como líquido e certo do PSDB de ter o requerimento lido em Plenário.

– Nesse acordo, não estava presente nem estava representado o PSDB, e essa praxe [de respeitar os acordos de líderes] só tem valia quando é com a

participação efetiva de todos os partidos desta Casa – disse Jereissati.

Reforçando o pedido de leitura, Sérgio Guerra lembrou que a própria Petrobras reconhece que até mesmo o Tribunal de Contas da União (TCU) tem dificuldades de investigá-la.

Durante as discussões, Marina Silva (PT-AC) e João Pedro (PT-AM) manifestaram apoio à decisão de Heráclito Fortes.

Antes do encerramento da sessão por Serys, Heráclito se comprometeu a marcar uma reunião do colegiado de líderes na próxima segunda-feira para resolver a questão.



Pela manhã, Sarney (E) preside reunião com os líderes, à qual não compareceu o PSDB; à tarde, em Plenário, tucanos como Tasso Jereissati (à esq., debatendo com João Pedro) pediram leitura de requerimento



Virgílio critica Serys por encerrar sessão

Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou “decepção com os companheiros de oposição que se imolaram” ao abrir precedente que, segundo ele, prejudica a minoria. Em sua opinião, “falta pouco para esse Congresso não poder se rebaixar mais”.

O senador disse também que não queria transformar o Plenário em uma “conversa de boteco”, mas apenas aguardar até que o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, chegasse para ler o requerimento. Na opinião de Arthur Virgílio, a decisão de Serys de encerrar a reunião foi amparada em conselho da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Para Heráclito, leitura pode ser feita na terça

Após o encerramento da sessão deliberativa, Heráclito Fortes (DEM-PI) disse, em entrevista a jornalistas, que a leitura do requerimento de instalação de CPI para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras poderá ser feita na próxima terça-feira.

Ao ser indagado pelos repórteres, o senador afirmou ainda que a decisão de Serys Slhessarenko (PT-MT) de encerrar a sessão não foi ilegal, mas também “não foi cortês”. Heráclito fez questão de ressaltar que na reunião de líderes ficou acertado que a comissão seria instalada após audiência com o presidente da Petrobras.

Jereissati: havia oradores inscritos

Em entrevista após a sessão plenária, Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou o que chamou de “encerramento repentino” da sessão de ontem, uma vez que ainda havia oradores inscritos. O senador disse que a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, “fingiu não ouvir” o pedido de inscrição para uso da palavra feito por ele e pelo líder de seu partido, senador Arthur Virgílio (AM).

Jereissati afirmou que Claudia Lyra “feriu o funcionamento do Plenário, dando praticamente um golpe em cima da minoria”. O senador qualificou a atitude da secretária-geral como “inadmissível”.

Serys afirma que cumpriu o regimento

Ao ser questionada pela imprensa, Serys Slhessarenko (PT-MT) negou que tenha encerrado a sessão plenária de ontem para impedir a leitura do requerimento de instalação da comissão parlamentar de inquérito da Petrobras.

– Eu segui o Regimento Interno da Casa. Não havia mais nenhum inscrito para discursar e, por isso, encerrei a sessão – afirmou Serys.

A senadora também argumentou ser necessário respeitar o acordo feito pelos líderes de só ler o requerimento de criação da CPI após audiência pública no Senado com o presidente da Petrobras.

Gabrielli deve ser ouvido por comissões

Uma reunião dos líderes partidários com o presidente do Senado, José Sarney, havia decidido, ao meio-dia, ouvir o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, antes de se resolver pela instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a estatal e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A audiência, a cargo dos senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Infraestrutura (CI) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), poderá se realizar no Plenário, em data a ser definida.

– Na medida em que Gabrielli venha para uma reunião dessas comissões e todas as indagações sobre a Petrobras possam ser respondidas, a CPI poderá ou não ser instalada – afirmou o líder do DEM, José Agripino, ao final da reunião de líderes.

O líder do PT, Aloizio Mercadante, explicou assim o que foi decidido:

– Vamos chamar o presidente da Petrobras, na próxima semana, para ele explicar todos esses temas que foram levantados como condicionantes para a CPI – superfaturamento, questão dos impostos etc. Então, Gabrielli vem ao Plenário e explica para os senadores todas as questões que foram levantadas. Se for convincente, se todo mundo entender que realmente não há necessidade de CPI, em razão das explicações dadas por ele, então não é lido o requerimento de constituição da CPI. Se as explicações de Gabrielli não convencerem todos os senadores, então se parte para a leitura ou novamente se faz uma reunião de líderes para decidir se se faz a CPI da empresa mais importante do país.

Esclarecimentos

De acordo com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), o

propósito dos líderes é esclarecer tudo que poderia suscitar a criação de uma comissão de inquérito.

– A CPI só tem sentido quando os fatos não estão sendo investigados. Se a apresentação dele esgotar o que querem saber, não seria necessária a instalação da CPI, o que eu acho melhor neste momento de crise econômica – disse Renan.

O presidente do Senado, José Sarney, também considerou “prudente” a decisão de se aguardar o esclarecimento do presidente da Petrobras.

Sarney disse ainda que a decisão tomada pelos líderes não significa que a CPI não será criada, mas que depende das explicações que Sérgio Gabrielli dará aos senadores em Plenário.

Ontem à tarde, no gabinete de Aloizio Mercadante, Gabrielli prestou alguns esclarecimentos a diversos senadores.

Presidente da Petrobras diz que teme instabilidade

Depois de se reunir ontem à tarde com o presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, advertiu que uma CPI pode trazer instabilidade à empresa. Conforme o dirigente, no curso de uma investigação, a imagem da Petrobras no Brasil e no exterior pode sofrer prejuízos em razão do que ele chamou de “insinuações infundadas”.

Gabrielli disse que expôs a Sarney a necessidade de que o Senado limite qualquer apuração “a fatos concretos”. A restrição dos temas deveria valer, inclusive, para audiência pública a ser realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Infraestrutura (CI) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o objetivo

de ouvi-lo sobre denúncias de fraudes em licitações e de desvio de royalties do petróleo.

– A instalação de uma CPI é uma prerrogativa do Congresso, mas é preciso pensar que a Petrobras tem 700 mil acionistas e seus papéis são negociados também na bolsa de Nova York.

Gabrielli alertou para o risco de a Petrobras ficar imobilizada em meio a um leque de denúncias consideradas por ele como “fatos não concretos”.

– Uma CPI em torno de fatos não concretos pode se transformar num palco midiático com consequências graves.

O dirigente disse ter levado a Sarney a garantia de que está disposto a esclarecer dúvidas dos parlamentares sobre a gestão da Petrobras.

Aprovada quarta-feira à noite pela Câmara como projeto de lei de conversão, proposta permite a transferência aos ocupantes, sem licitação, de áreas com até 1.500 hectares

MP regulariza ocupação de terras da União na Amazônia

O SENADO EXAMINARÁ em breve o projeto de lei de conversão (PLV 9/09) proveniente da Medida Provisória 458/09, que trata da regularização de terras da União localizadas na Amazônia Legal. Aprovado pela Câmara na quarta-feira, o PLV permite que a União transfira, sem licitação, terrenos de sua propriedade naquela região, com até 1.500 hectares, aos que detinham posse da área antes de 1º de dezembro de 2004. O limite hoje é de 500 hectares para a transferência sem licitação.

O relator da matéria na Câmara, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), fez várias modificações na MP. Uma delas permite que empresas participem de licitação para regularizar áreas por elas ocupadas. A condição é que a empresa não tenha outro imóvel rural e explore efetivamente a terra.

O PLV estabelece que, para obter o título da terra, as empresas precisam ter sede e administração no país, além de serem constituídas de acordo com as leis brasileiras em vigor antes de



1º de dezembro de 2004.

Os requerentes – pessoas físicas – não podem ter sido beneficiados por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural.

O PLV também determina que a recuperação das áreas por meio de reflorestamento obedecerá à legislação ambiental

em vigor, que prevê até 30 anos para a providência. O texto da MP fixava em dez anos o prazo para reflorestamento.

O projeto permite que participem da licitação pessoas físicas que ocupem diretamente a terra ou explorem a área de forma indireta, por meio de parceiros ou meeiros, por exemplo.

Sociedade brasileira manifestou-se durante vigília

Durante a vigília pela preservação da Amazônia, realizada entre a noite de quarta-feira e a madrugada de ontem no Plenário, cidadãos de todo o país manifestaram-se por telefone e e-mail. No total, foram enviadas 8.299 mensagens. Parte delas foi exibida pela TV Senado e na página da Agência Senado na internet. Todos os veículos de comunicação da Casa mobilizaram equipes para fazer a cobertura da vigília e registrar a opinião da sociedade.

Moradores de São Paulo, (21%), Rio de Janeiro (10%) e Bahia (9%) lideraram as manifestações. Da região Norte vieram 16% das mensagens.

A maioria das manifestações (54%) expressou apoio à preservação da Amazônia e à vigília. Apenas 1% delas foi contrário ao ato. As demais traziam questionamentos, solicitações, sugestões e comentários.

Cidadãos também sugeriram a realização de uma vigília constante em defesa da Amazônia.

Outros biomas, entre eles Cerrado, Mata Atlântica e Pampa, também foram citados como riquezas naturais que devem ser preservadas.

Foi apontada ainda a importância da educação ambiental nas escolas, e houve sugestões no sentido de sua inclusão obrigatória no currículo escolar.

Os cidadãos também lamentaram a situação geral do meio ambiente no país e manifestaram sua preocupação com as gerações futuras.

FRASES

“Parabenizo os envolvidos na vigília pela preservação da Amazônia”

Francisco Roberto Pinto, de Tefé (AM)

“Sugiro que a vigília pela preservação da Amazônia seja permanente”

Terezinha Freitas, do Recife (PE)

“Quem ama o Brasil preserva a Amazônia, seu povo e sua cultura. Que dure para sempre a vigília contra aqueles que devastam nossas florestas”

Maria de Fátima Lima, de Brasília (DF)

“Me sinto impotente e imensamente triste com o desmatamento nas áreas de preservação deste país. Não existe nenhum respeito pela natureza. Abram os olhos e trabalhem. Salvem nosso país, senhores”

Jussara Renaux, de Brusque (SC)

Heráclito elogia governador por contestar Lula

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), por contestar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação aos recursos prometidos ao estado para socorrer as vítimas das enchentes. O parlamentar citou nota do *blog Direto da Fonte*, da jornalista Sonia Racy, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ela diz que “quase foi na enxurrada a velha amizade entre Lula e Wellington Dias, porque este

avisou em Brasília, diante de ministros, que os R\$ 12 milhões prometidos pelo presidente na visita ao estado eram o mesmo dinheiro anunciado na enchente do ano passado, que ainda não chegou”.

Heráclito Fortes declarou que era a primeira vez que elogiava o governador, a quem faz oposição.

– O próprio governador do estado, aliado seu [do presidente Lula], que nunca economizou

elogios às ações do presidente da República, faz a afirmativa em desabafo – disse o senador, para quem Lula demonstra desrespeito ao Piauí e falta de solidariedade ao governador.

Para Heráclito, é preciso saber se o presidente realmente estava brincando ou se foi enganado por assessores. Nesse caso, disse, é preciso haver alguma punição. Verdade ou mentira, acrescentou o senador, trata-se de uma “quantia ínfima”.

Mozarildo cobra a votação de fundo para a aviação regional

O desenvolvimento da aviação regional no país voltou a ser defendido pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que, em discurso, apelou à Câmara dos Deputados para que aprove projeto de lei de sua autoria (PLS 130/01, no Senado) que cria um adicional tarifário nas passagens aéreas para a criação de um fundo destinado a dinamizar o setor. A proposta, lembrou, foi encaminhada ao exame dos deputados em setembro de 2002.

O senador disse que sua proposição não é votada devido à falta de interesse do governo federal. “Por que está há sete anos na Câmara? Porque os deputados não trabalham? Não, é porque o governo não quer, cedendo a interesses econômicos”, reclamou.

Para Mozarildo, há um “quase cartel” das grandes empresas aéreas, que pressionam contra incentivos à aviação regional. Ele lembrou que a aviação regional poderia potencializar a exploração das atrações turísticas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que, juntas, representam quase três quartos do território nacional. O senador citou a empresa Meta, de seu estado, que opera com antigos aviões Brasília, da Embraer, mas poderia utilizar aparelhos mais modernos se houvesse incentivo.

O parlamentar lembrou que



Mozarildo denuncia pressões contra a concessão de incentivos ao setor

a Embraer é uma das maiores fabricantes de aviões de médio porte do mundo, mas somente agora, quando a empresa efetuou milhares de demissões em decorrência da crise, é que o governo acena com incentivos à compra de aeronaves da companhia pelas empresas de aviação regional. Lamentando que o BNDES não tivesse empreendido um plano de estímulo semelhante, ele salientou que “as empresas regionais surgem, mas estão sempre desaparecendo, porque a competição é muito desigual”.

Mozarildo disse que a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), a exemplo das outras agências, não fiscaliza a contento, e defendeu a profissionalização da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), “como vem fazendo o ministro da Defesa, Nelson Jobim”.

Cavalcanti pede melhoria da malha aeroviária da Paraíba

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu ontem a aplicação de investimentos na malha aeroviária da Paraíba, que sofre com o baixo número de rotas e castiga com “percursos exóticos” e escalas longínquas quem voa a partir do estado.

A vocação natural para o turismo, afirmou, pressupõe determinadas condições para habilitar a Paraíba como destino preferencial de brasileiros e estrangeiros dispostos a conhecê-la, destacando-se a infraestrutura aeroportuária.

O senador mencionou noticiário segundo o qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende lançar um pacote para estimular a malha aeroviária nacional, com estímulos a empresas que participarem da licitação de rotas para atender especialmente aos percursos de baixa e média densidade. Cavalcanti afirmou que tal postura, de estímulo a novas empresas, “interessa à Paraíba”.

– Peço o apoio dos senadores do nosso estado para que, juntos, possamos ter consistência e força para dotar a Paraíba de melhor malha aeroviária. Não se pode desperdiçar este momento, perder esta oportunidade.

Segundo Roberto Cavalcanti, a promessa de reformulação da malha aeroviária do Nordeste, feita pelo presidente Lula, não atende de forma satisfatória à Paraíba, que ainda possui um aeroporto precário. Reformado recentemente a um alto custo, o aeroporto não tem sequer um



Roberto Cavalcanti diz que estado sofre com baixo número de rotas

finger, apontou ele.

Além disso, lembrou, não há para a Paraíba nenhum projeto forte de infraestrutura, como porto, ferrovia, siderúrgica ou estaleiro. O estado “não tem projetos economicamente consistentes, vive de miscelâneas”, disse o senador, acrescentando que, por isso, é primordial a existência de mais opções de voo.

Pesar

Roberto Cavalcanti também lamentou a morte do empresário Edson de Souza do Ó, ocorrido na quarta-feira. Fundador de uma construtora que leva seu nome, o empresário foi responsável pela execução de grandes obras na Paraíba e membro de entidades como a Federação das Indústrias do estado (Fiep) e de sindicatos ligados ao setor.

Segundo o senador, Edson de Souza do Ó “marcou época como empresário”. Ele deixa sua mãe, Alice, com 102 anos de idade, a viúva, Iraci, e três filhos.

Projeto de Augusto Botelho consolida leis sobre cultura

Augusto Botelho (PT-RR) apresentou projeto que consolida todas as leis relacionadas à cultura.

Ao anunciar a proposta, durante pronunciamento realizado ontem, o senador explicou que o objetivo é fundir a legislação sobre patrimônio cultural e arqueológico, museus, cinema e audiovisual, livros e leitura, incentivos culturais, datas culturais e homenagens cívicas.

Augusto Botelho informou que não foram incluídas na matéria as leis que tratam das estruturas administrativas vinculadas à cultura, pois "não dizem respeito às políticas públicas de caráter permanente e estão sujeitas a alterações mais frequentes".

O senador ressaltou que, além dele próprio, participaram da elaboração do texto seus assessor



Augusto quer legislação única para museus, cinema, livros e patrimônio

sores e a Consultoria Legislativa da Casa.

– Quero agradecer publicamente ao consultor João Bosco Bezerra Bonfim, que, a meu pedido, debruçou-se sobre o assunto desde outubro de 2008.

O projeto, que tramitará como PLS 188/09, será enviado em breve à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Fátima Cleide comemora plano em benefício de lésbicas e gays

Fátima Cleide (PT-RO) comemorou em Plenário o lançamento, pelo governo, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrido ontem no Palácio do Itamaraty. Elaborado durante a 1ª Conferência Nacional LGBT (junho de 2008), o documento apresenta 50 diretrizes e ações a serem implementadas pelo poder público para garantir igualdade de direitos e plena cidadania ao segmento LGBT da população brasileira.

São propostas do plano o reconhecimento dos direitos civis de casais homossexuais, o fim da perseguição e criminalização de militares homossexuais, a produção de material didático, a articulação de uma rede nacional de combate à homofobia, o estímulo ao turismo LGBT e o encaminhamento para presídios



Fátima Cleide: serão implementadas inúmeras ações pelo poder público

femininos de mulheres transexuais e travestis condenadas.

– O plano busca traçar as diretrizes e ações para elaboração das políticas voltadas para esse importante segmento da população brasileira, que – registre-se – paga imposto e vota, mas, infelizmente, na hora de ter seu direito reconhecido e acesso efetivo à cidadania plena, isso lhes é negado – concluiu a senadora.

Azeredo festeja inauguração de terminal intermodal em Pirapora

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou ontem a inauguração, pela Vale, em conjunto com a Ferrovia Centro-Atlântica e o governo de Minas Gerais, de um terminal intermodal em Pirapora.

O empreendimento será a mais importante alternativa logística para a exportação de grãos produzidos na região noroeste do estado, devido a sua ligação com o Porto de Tubarão, em Vitória, explicou. O escoamento da produção até o litoral será feito pela Ferrovia Centro-Atlântica e pela Estrada de Ferro Vitória- Minas (EFVM), num total de mil quilômetros.

– Foram investidos ao todo R\$ 300 milhões na obra, fruto da bem-sucedida privatização da Vale. Os investimentos fazem parte do acordo assinado pela companhia, que, quando privatizada, se comprometeu a construir a expansão dessa ferrovia até Unai [município mineiro próximo ao Distrito Federal]. A



Obra facilitará exportação de grãos do noroeste de Minas, afirma Azeredo

implantação do terminal de Pirapora é, portanto, a conclusão da primeira fase desse acordo entre a empresa e o governo do estado – disse.

Azeredo também cobrou da Câmara agilidade na votação de projeto de sua autoria sobre crimes cibernéticos. O senador fez o pedido ao comentar a aprovação, na França, de lei sobre crimes cibernéticos e o caso de invasão, por hackers, de computadores da Universidade de Berkeley, na Califórnia.

Senador adverte que país tem mais de 20 casos de doença a cada 100 mil habitantes e necessita com urgência de ações voltadas para o tratamento precoce

Brasil tem o dever de lutar contra hanseníase, diz Viana

COM MAIS DE 20 casos de hanseníase a cada 100 mil habitantes menores de 15 anos, o Brasil precisa com urgência de ações voltadas para o tratamento precoce da doença. Foi o que afirmou ontem o senador Tião Viana (PT-AC), registrando também que o Nepal ocupa o segundo lugar mundial em número de casos de hanseníase na população de até 15 anos: dez a cada 100 mil habitantes. Tião Viana leu nota do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), que promoveu manifestação na frente do Congresso Nacional na manhã de quarta-feira.

– Não há qualquer razão que justifique esse tipo de incidência da hanseníase no nosso país, e nós temos o dever de lutar contra essa doença negligenciada. É uma doença órfã. O Brasil ainda tem essa dívida a pagar nos seus 500 anos – disse.



Tião Viana: "O Brasil ainda tem essa dívida a pagar nos seus 500 anos"

Na quarta-feira, integrantes do Morhan estenderam, no gramado em frente ao Congresso, um painel de 30 metros por 30 metros, elaborado pelo artista plástico goiano Siron Franco. O painel representou o mapa da hanseníase no Brasil, nos últimos cinco anos. As regiões mais atingidas pela doença são Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E os estados mais afetados são

Fotos de Gerardo Magalhães

Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás. O ato fez parte do 1º Encontro Nacional de Jovens do Morhan.

Tião Viana, que é médico, ressaltou que a hanseníase tem cura e que os medicamentos, que interrompem a cadeia de transmissão, são doados pela Organização Mundial da Saúde.

O senador elogiou o Executivo e o Legislativo brasileiros por terem, em 2007, criado a lei que concede pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (Lei 11.520/07). Essa indenização, disse, já beneficiou mais de 2 mil brasileiros, e 8 mil processos aguardam julgamento na Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Em apertes, Romeu Tuma (PTB-SP) e Augusto Botelho (PT-RR) apoiaram Tião Viana.

Sérgio Zambiasi propõe rigor na punição ao tráfico de crack

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu ontem projeto de sua autoria que torna mais rigorosa a punição ao tráfico de drogas cujos efeitos sejam mais danosos à saúde (PLS 187/09). A proposta, que aumenta de dois terços até o dobro a pena para quem comercializa esse tipo de droga, tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto modifica a Lei 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, com o objetivo de reforçar a criminalização do uso do crack. A substância, de acordo com o parlamentar, já

levou à dependência mais de 50 mil pessoas somente no Rio Grande do Sul.

– A atual lei trata da mesma forma o sujeito que vende maconha na esquina quanto aquele que distribui pedras de crack – disse Zambiasi.

O senador também citou dados do Ministério Público do Rio Grande do Sul segundo os quais 80% da violência no estado tem ligação com o tráfico de crack.

Cartilha

Sérgio Zambiasi criticou ainda cartilha do Sistema Único de Saúde (SUS) que aborda o consumo de drogas sem enumerar suas consequências.

Em apertes, Augusto Botelho



Sérgio Zambiasi critica cartilha do SUS que aborda tráfico de drogas

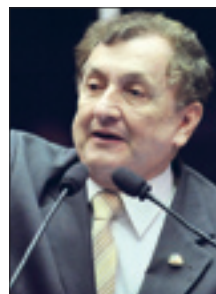
(PT-RR) disse que a cartilha deveria mostrar os danos provocados pelas drogas. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que as drogas prejudicam o cérebro e não podem ser usadas como refrigerante. Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou que a publicação deve alertar para as consequências do uso de drogas.

Mão Santa defende a valorização de médicos

Tem circulado na internet um texto intitulado "O médico chegou ao fundo do poço", atribuído a um médico das secretarias de Saúde da prefeitura de Natal e do governo do Rio Grande do Norte. Ao ler a carta assinada pelo médico Paulo Ezequiel, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao ministro da

Saúde, José Gomes Temporão, que sensibilize o governo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a situação dos médicos em todo o país.

De acordo com o texto lido pelo senador, nos últimos nove anos os salários e o coeficiente de honorários tiveram desvalorização de 308,68%, em comparação com o salário mínimo. Com relação à inflação, a remuneração dos médicos potiguares teria se desvalorizado 73,47%. Perante o dólar, as perdas chegaram a 351,81%. Em 1994, um médico recebia R\$ 755 e um promotor público, R\$ 1.300. O vencimento do promotor teria subido para R\$ 8 mil e o dos médicos, permanecido o mesmo.



Mão Santa espera sensibilização de Lula

Raupp anuncia agências do INSS para Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou ontem que o governo federal deverá entregar, até o fim do ano, dez novas agências de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cidades de seu estado.

Estes serão os locais contemplados com as unidades: Alta Floresta do Oeste, Buritis, Colorado do Oeste; Espigão do Oeste; Nova Mamoré, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e São Miguel do Guaporé. O investimento total para a construção das novas agências do INSS foi de R\$ 8,9 milhões.

Dia do Enfermeiro

Valdir Raupp parabenizou ainda os profissionais de enfermagem pela comemoração, na terça-feira, do Dia do Enfermeiro. O senador anunciou também a realização, em Porto Velho, da Semana de Enfermagem do Estado de Rondônia.



Valdir Raupp celebra o Dia do Enfermeiro

Será o terceiro debate a respeito da adesão do país dirigido por Hugo Chávez ao bloco. Proposta já foi aprovada pelos deputados e pela Representação Brasileira no Parlasul

CRE fará mais uma audiência sobre Venezuela no Mercosul

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizará nova audiência pública sobre o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, em data a ser ainda marcada. O debate – o terceiro sobre o tema – foi proposto pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) e aprovado ontem pelo colegiado.

Por sugestão de Collor, serão ouvidos o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer e o jurista Ives Gandra da Silva Martins. A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), também participarão os cientistas políticos Fabiano Santos e Regina Soares de Lima, ambos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Antes de colocar em votação o requerimento, o presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), anunciou ter recebido visita de cortesia do embaixador da Venezuela em Brasília, Julio Garcia Montoya, que reiterou o interesse de seu país pelo ingresso no Mercosul. Azeredo observou ainda que, nos dias 18 e 19, vai se reunir o grupo de trabalho criado pelo protocolo de adesão para acompanhar temas como o cronograma de adoção, pela Venezuela, da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

A entrada da Venezuela no



Eduardo Azeredo (E) conversa com Fernando Collor, que propôs a audiência

bloco já foi aprovada pela Argentina e pelo Uruguai. No Brasil, recebeu o sinal verde da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e da Câmara dos Deputados. Para que entre em vigor, o protocolo precisa ainda ser acolhido pelo Senado brasileiro e pelo Congresso do Paraguai. Depois de passar pela CRE, o protocolo será examinado em Plenário.

A comissão também aprovou requerimento de Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Ca-

valcanti (PTB-RR) de audiência sobre notícias de uma possível desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara (MA), "em função de impasse com comunidades quilombolas existentes na região".

Ainda ontem, a CRE aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 285/06, referente ao Convênio de Previdência Social entre Brasil e Chile, firmado em 2007. O relator do projeto, Mozarildo Cavalcanti, apresentou voto favorável ao acordo.

Aprovados embaixadores para Congo e Líbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem mensagens presidenciais que indicam os nomes de novos embaixadores brasileiros na República Democrática do Congo e na Líbia.

Em depoimento à comissão, Ricardo Carvalho do Nascimento

Borges, indicado para o Congo, informou que o Brasil foi incluído entre as prioridades da política externa daquele país, ao lado da China e da Índia. Registrou ainda a existência de grandes possibilidades de cooperação bilateral, por meio de instituições como a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Segundo Nascimento, já foram registradas 11 guerras no Congo após a sua independência, na década de 1960.

Indicado para a embaixada na Líbia, George Ney de Souza Fernandes anunciou a intenção de aumentar as exportações brasileiras para aquele país – atualmente compostas por minério de ferro, carne e açúcar – e de estimular a ampliação de investimentos recíprocos. O Brasil importa cerca de US\$ 1,4 bilhão da Líbia, principalmente em petróleo, e exporta aproximadamente US\$ 400 milhões. Segundo o embaixador, já estão no país a Petrobras, desde 2003, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez.



Nascimento Borges (E), ao lado de Mesquita Júnior e Souza Fernandes, fala à CRE

Tuma presta homenagem ao último marechal do país

Romeu Tuma (PTB-SP) homenageou o marechal do Exército Waldemar Levy Cardoso, que faleceu na quarta-feira, na cidade do Rio de Janeiro, aos 108 anos. Tuma ressaltou que Waldemar era o último marechal vivo no país – o cargo foi extinto em 1967.

– Sempre em defesa da pátria, ele se mostrou uma pessoa idônea, honrada e dedicada, tendo participado dos principais fatos históricos que pautaram a vida nacional.

Tuma citou diversos feitos da carreira militar do homenageado, como o comando do 1º Grupo de Artilharia Expedicionário, durante a 2ª Guerra Mundial.

– Foram 48 anos de serviço ativo dedicados ao Exército.

O senador destacou ainda que o marechal, após ter ido para a



Tuma exalta a trajetória do marechal Waldemar Levy Cardoso

reserva, "continuou trabalhando ativamente", tendo assumido os cargos de presidente do Conselho Nacional do Petróleo, em 1967, de presidente da Petrobras, em 1969, e de membro do Conselho de Administração da Petrobras, em 1971 (cargo que ocupou até 1985).

Patente máxima extinta

Marechal era a patente máxima no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira, sendo que, nesta última, tinha o nome de "marechal-do-ar", posição equivalente à de almirante na Marinha. O mais alto posto da força terrestre se distingue por utilizar cinco estrelas em formato de "x", sendo que o marechal-do-ar,

da Aeronáutica, as utilizava na posição aproximada do Cruzeiro do Sul. Já as estrelas do almirante, da Marinha, se posicionavam em pentágono.

O último marechal brasileiro na ativa foi Mascarenhas de Moraes, em virtude da posição de comandante da Força Expedicionária Brasileira.

Renan anuncia o pagamento de subvenção a canavieiros

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) iniciou o pagamento da subvenção para os produtores de cana-de-açúcar do Nordeste referente à safra 2008/2009. A informação foi transmitida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que falou da importância do produto para Alagoas. Cada canavieiro terá direito a, no máximo, R\$ 5 por tonelada vendida à indústria, até o limite de 10 mil toneladas.

– Quem acompanha o drama dos pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar sabe da importância dessa subvenção. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecedor dos dramas e das necessidades da região, editou essa medida provisória no ano passado, garantindo o preço mínimo para a tonelada de cana.

Conforme o senador, 20% do produto interno bruto (PIB) de Alagoas vem da produção de cana-de-açúcar. Renan é autor



Cada produtor terá direito a no máximo R\$ 5 por tonelada, diz Renan

de projeto que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedor de Cana-de-açúcar (Proaf-Cana-de-Açúcar).

O senador também elogiou decisão de líderes em ouvir o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, antes de discutir a instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a empresa e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Heráclito Fortes • Mão Santa • Geraldo Mesquita Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Propostas de relevância para a sociedade são aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que promove operação para limpar pauta de votação

Projeto torna mais eficaz atuação dos juizados especiais

Nas causas de até 20 salários mínimos que tramitam nos juizados especiais cíveis, o credenciado para representar o réu, no caso de este ser pessoa jurídica ou titular de firma individual, deve comprovar habilitação para negociar acordo por meio de carta de preposição, sem que haja necessidade de vínculo empregatício com a empresa. A determinação é prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria (PLC 15/06), originária da Câmara dos Deputados, ainda será submetida a exame final em Plenário. Segundo a relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposta corrige questões que dificultam a obtenção da Justiça.

A senadora explicou que a lei que instituiu os juizados especiais (Lei 9.099/95) exige a presença das partes na audiência, sob pena de extinção do processo para o autor ou decretação da revelia para o réu. No caso das pessoas jurídicas, disse a relatora, a representação deve ser feita por intermédio de preposto credenciado, mas a lei não define como se faz ou comprova tal credenciamento.

Divergência

Serys Slhessarenko ressalta que há divergências nas decisões dos juizados especiais a respeito: enquanto alguns exigem que o preposto credenciado possua vínculo empregatício, outros cobram documentos que comprovem a outorga de poderes, o que "tem acarretado muitas injustiças, uma vez que ocorre invariavelmente a decretação da revelia ou extinção do processo".

Segundo a relatora, isso ocorre especialmente quando a audiência é realizada em localidade diversa daquela da sede do réu ou do autor, "onde, possivelmente, a comprovação da condição de preposto é realizada de forma distinta".

Para o autor do projeto, deputado Bernardo Ariston (PMDB-RJ), o rigor adotado pelos juizados especiais não pode ser o mesmo aplicado nos demais órgãos do Poder Judiciário, sob pena de se desvirtuar o propósito do legislador ao criar essas instâncias de julgamento – o de tornar mais rápida a decisão sobre causas de menor valor, descomplicando os procedimentos e propiciando uma Justiça mais eficaz.

Recusa a exame de DNA pode ser admissão de paternidade

A RECUSA EM submeter-se a exame de DNA ou a qualquer outro meio científico de prova, para investigação de paternidade, pode passar a ser considerada como admissão implícita de que o investigado é mesmo o pai. A medida consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Originária da Câmara dos Deputados, a matéria vai agora a Plenário, para decisão final.

Atualmente, não existe regra firmada para o procedimento dos juízes quando há recusa de fazer exame de DNA em processos de paternidade. Alguns magistrados consideram a recusa insistente do investigado como prova suficiente, mas muitos entendem que essa negativa é apenas um indício, havendo necessidade de outras



ACM Júnior: "Medida protege direito da criança de ser cuidada pelos pais"

evidências de que existiu um relacionamento entre o suposto pai e a mãe da criança.

Amparo

Conforme o projeto (PLC 31/07), da então deputada Lara Bernardi, os exames devem ser requeridos à Justiça por quem tenha legítimo interesse na in-

vestigação, ou pelo Ministério Público.

No parecer favorável, o relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), afirma que o objetivo da medida é proteger a criança em seu direito "de ser cuidada e amparada por seus pais".

– Não é mais possível que a sociedade civil, as instituições, a lei e o direito se compadeçam dessa situação e cruzem os braços, diante de tamanha irresponsabilidade, falta de cooperação, indiferença ou desídia.

A proposta altera a lei de investigação da paternidade, segundo a qual, em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão do registro e o nome do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a legitimidade da alegação.

Anúncio de emprego deve observar regras rigorosas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou proposta que fixa regras rigorosas para anúncios classificados de oferta de empregos. Os anúncios devem conter, além do número de vagas e cargo oferecido, o endereço, a atividade e a razão social ou nome fantasia da empresa contratante e do responsável pelo anúncio.

Autor do projeto (PLS 391/03), o senador Paulo Paim (PT-RS) observa que, na maioria das vezes, a publicação de classificados em jornais de grande circulação é feita sem a informação do nome da empresa contratante e, em

muitos casos, apenas o número da caixa postal é indicado, eliminando qualquer possibilidade de identificação da origem dos empregos oferecidos.

O objetivo da proposta, que será agora votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é evitar que pessoas inescrupulosas utilizem informações de cunho pessoal para outros propósitos.

Entre os projetos aprovados ontem pela CCJ, está o PLC 141/08, que fixa normas formais para o envio ao Congresso Nacional de tratados, convenções e atos internacionais sujeitos à



Iniciativa de Paim visa impedir uso de informações pessoais para outros fins

aprovação de suas Casas. Conforme a matéria, quando os atos forem realizados em língua diversa do português, as mensagens presidenciais devem ser acompanhadas tanto do texto original quanto do traduzido para o português.

Esterilização de cães para controle de natalidade

A esterilização cirúrgica como método de controle de natalidade de cães e gatos foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Pela proposta, que segue agora para análise do Plenário, fica proibida a utilização de qualquer outro tipo de procedimento veterinário para esse fim, inclusive o extermínio de animais.

O projeto de lei da Câmara (PLC 4/05) determina que a esterilização será executada mediante programa que leve em conta estudo apontando a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação ou

quadro epidemiológico, bem como o quantitativo de animais a serem esterilizados por localidade.

Está prevista a realização de campanhas educativas com noções de ética sobre a posse responsável de animais domésticos, bem como a celebração de parceria entre unidades de controle de zoonoses, entidades de proteção de animais e clínicas veterinárias para a realização da esterilização.

Também foi aprovado pela CCJ projeto de resolução (PRS 2/03) de Paulo Paim que cria o programa Jovem Cidadão Brasileiro. A proposta tem por

objetivo permitir que jovens estudantes tenham "uma visão direta do funcionamento das atividades legislativas do Senado, os trâmites administrativos da construção das leis, passando por todas as fases da tramitação das diversas proposições, desde a sua forma de apresentação até a sua aprovação ou arquivamento".

O programa deverá simular sessões legislativas, organizadas e presididas pelos próprios estudantes, com o auxílio de funcionários do Senado, nas quais os alunos apresentarão suas proposições e farão pronunciamentos no Plenário.



Wellington Salgado (esq., com o deputado Deley de Oliveira) preside reunião

Prossegue a "operação limpa-pauta" na CCJ

O vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), deu continuidade ontem à "operação limpa-pauta". A medida foi criada pelo presidente do colegiado, Demostenes Torres (DEM-GO), para desafogar a pauta de votações. Além dos projetos consensuais votados na reunião

de ontem, foram incluídos cinco ofícios "S" (OFS), todos com parecer de Demostenes pelo arquivamento.

A proposição mais antiga, o OFS 5, datado de 1993, tratava de uma solicitação do Banco Central para que o Senado avaliasse o cumprimento de limitações constitucionais no caso da contratação de operação

Punição para quem trocar peça sem a devida autorização

O prestador de serviços que substituir ou retirar, sem autorização do cliente, peça de um produto sujeito a conserto poderá sofrer punição com base no Código de Defesa do Consumidor. A medida está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 143/08) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com duas emendas apresentadas pela relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT). A matéria segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Atualmente, o código já estabelece pena de detenção de três meses a um ano, mais multa, para o prestador de serviços que utilizar peças ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor, em conserto de um produto. Pela proposta, essa punição passa a ser aplicada também para quem trocar ou retirar, sem o consentimento do dono, peças e componentes de um produto sujeito a reparo.

A CCJ também acatou voto da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) pela aprovação do PLC 172/08, que torna obrigatória a instalação de placas indicativas, nas rodovias do país, da localização e da distância do pronto-socorro mais próximo. A proposta estabelece que caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definir o modelo e as dimensões das placas, além do tipo de informação adequada, levando em consideração os pontos em que devam ser colocadas. A medida deverá constar do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Codevasf

O Ceará poderá ser incluído na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), segundo projeto (PLC 14/07) aprovado na mesma reunião. A matéria será examinada agora pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De iniciativa da Presidência da República, o PLC 29/08, que autoriza o Inmetro a promover a alienação de imóvel localizado na cidade de Linhares, no Espírito Santo, foi também acolhido pela CCJ. A alienação é justificada pelo governo federal com o argumento de que, embora não esteja sendo utilizado pelo instituto, o imóvel vem gerando uma despesa anual de R\$ 150 mil com sua manutenção.

Como os tradicionais 10% que os clientes pagam sobre as contas muitas vezes deixam de ser repassados aos empregados dos estabelecimentos, a Comissão de Assuntos Sociais debate fórmulas de rateio desse dinheiro

Quem fica com a gorjeta nos bares? Audiência discute a regulamentação

A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA poderá ter novo dispositivo que obrigue restaurantes, bares e assemelhados a distribuir, entre os seus empregados, a taxa de serviço. Atualmente, os tradicionais 10% pagos a título de gorjeta deixam muitas vezes de ser repassados pelos donos do estabelecimento. Na ausência de legislação, esse repasse fica na dependência de acordos coletivos frequentemente descumpridos.

O projeto (PLS 725/07) que regulamenta as gorjetas, de autoria de Patrícia Saboya (PDT-CE), foi debatido ontem, em audiência pública, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta prevê ainda a destinação de até 30% do valor das gorjetas aos demais empregados que não participam diretamente do atendimento ao público, como, por exemplo, os que trabalham na cozinha ou na limpeza.

O valor pago ao garçom que ul-



Norton Lenhart, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, André Luís Grandizoli e Rosalba Ciarlini na audiência pública da CAS

trapassar os 10%, de acordo com o projeto, pertencerá a ele. As gorjetas também não integram a base de cálculo do aviso prévio, do adicional noturno, das horas extras e do repouso semanal.

Debates

Waltair Mendes Rodrigues, presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Rio de Janeiro, disse que o projeto da senadora já é uma prática usual na maioria dos

restaurantes do estado, ou seja, 7% da taxa de serviço fica com o garçom e os outros 3%, com os demais funcionários.

Já Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, afirmou que a taxa de 10% deve ser distribuída para todos os empregados, independentemente da função. Para tornar a distribuição transparente, Moacyr Tesch propôs que a arrecadação

e a divisão da gorjeta se façam por comissão de empregados.

Edson Braz da Silva, do Ministério Público do Trabalho, defendeu, durante a audiência, a distribuição da gorjeta por assembleia dos próprios empregados, com participação do proprietário. Ele deixou claro que a gorjeta não pode ter caráter de salário. O presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Lenhart, concordou.



Suplicy lembra que Sepé Tiaraju enfrentou portugueses e espanhóis

Suplicy faz apelo por monumento e é atendido

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem, em Plenário, a retirada de um monumento, erigido em São Gabriel (RS), em homenagem a Sepé Tiaraju, índio guarani que enfrentou portugueses e espanhóis, no Sul do Brasil, em defesa da permanência dos indígenas na região dos Sete Povos das Missões. O senador fez um apelo para que o monumento retorne ao seu local de origem, ponto exato onde teria se dado a batalha dos indígenas contra espanhóis e portugueses em que Sepé teria morrido.

Suplicy obteve resposta quase imediata, já que o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) entrou em contato com as autoridades locais por telefone, e o prefeito do município, Rossano Gonçalves, garantiu que o monumento será reerguido não no local original, que é propriedade particular, mas em uma área vizinha, onde já existe outro monumento construído pela prefeitura, segundo explicou.

A Cruz Missioneira, criada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi montada em terreno pertencente à família Assis Brasil. A prefeitura municipal a retirou a pedido da proprietária, Sílvia de Assis Brasil, em decorrência da má conservação da cruz por "problemas climáticos", o que colocava em risco a própria casa da proprietária, esclareceu Zambiasi.

A retirada da cruz havia causado revolta à população local, já que a homenagem seria "patrimônio histórico", como disse Suplicy. Em nota, o Conselho Indígena Missionário local repudiou "a violência contra o povo guarani", acrescentando que "é doloroso e escandaloso que isso aconteça no início das comemorações dos 400 anos do início das Missões Jesuíticas Latino-Americanas", ocorrido em 1609. Suplicy comemorou a intervenção de Zambiasi e a agilidade na solução do problema.

"Rigor da lei e falha de projetos" param obras do PAC



Wiechers Martins, Fernando Collor e André Luiz Mendes discutem obras do PAC

Só 40% das verbas são gastas no exercício em que são autorizadas

O governo não tem conseguido executar adequadamente as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A observação foi feita ontem pelo secretário-adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Luiz Souza da Eira, um dos quatro expositores do tribunal convidados a explicar, na Comissão de Serviços de Infraestrutura

(CI), a metodologia utilizada pelo órgão na fiscalização de obras, em especial as relacionadas ao PAC.

Segundo Marcelo Eira, menos de 40% dos recursos colocados à disposição do PAC têm sido efetivamente gastos dentro do ano referente ao exercício orçamentário. Os demais 60% não utilizados serão destinados a despesas no ano seguinte, sendo chamados de "restos a pagar".

O Tribunal de Contas da União (TCU) paralisa obras por força de lei e não por "implicância" de seus técnicos, afirmou o secretário-geral de Controle Externo do órgão, Paulo Roberto Wiechers Martins, respondendo a questionamento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Segundo o senador, o governo federal faz reiteradas críticas de que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são prejudicadas pelo rigor da fiscalização do TCU.

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o secretário sugeriu mudanças na legislação caso a Presidência da República ou os parlamentares considerem que as exigências legais são excessivas. Como exemplo, ele lembrou que muitas obras têm demora na sua liberação devido à necessidade de licença ambiental.

– Se for considerada uma questão menor, tem de ser tirada da lei. Não existe essa intenção própria do TCU de paralisar obras, porque é um custo ao país, tanto financeiro como de oportunidade à sociedade – observou.

Falhas

Também a deficiência nos projetos resulta em paralisação de obras, conforme explicou o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes. Ele disse que o tribunal, as empresas prestadoras de serviços e os gestores informam que há obras licitadas a partir de "esboço" de projeto ou com "projetos rudimentares".

– Temos problemas em licitação e problemas com sobrepço. Agora, o problema fundamental é a pouca importância que se dá à fase de planejamento e elaboração de projeto. Obras são licitadas com projetos que estão longe de atender àquilo que a lei estabelece – enfatizou.

Descontrole

Ao responder ao senador Paulo Duque (PMDB-RJ), André Mendes argumentou que o Brasil é pouco auditado tanto em controles externos como internos. Ele disse que em países onde o índice de corrupção é mais baixo, como Holanda e Dinamarca, existem 100 auditores para cada grupo de 100 mil habitantes – no Brasil, são oito.

Senadores celebram os 100 anos da Ufam

Autor do requerimento para realização da sessão especial em comemoração aos 100 anos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Jefferson Praia (PDT-AM) lembrou o idealismo, a fé no futuro, o amor ao saber, à ciência e à cultura que serviram de impulso aos fundadores da primeira instituição universitária brasileira. A Ufam foi fundada em 17 de janeiro

de 1909 com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus.

Na presidência dos trabalhos, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) salientou que seu pai, o deputado federal e senador Arthur Virgílio Filho, obteve a vitória de federalizar aquela universidade, tendo-lhe deixado como herança a disposição de lutar pela Amazônia.

O presidente da Casa, José

Sarney, enalteceu a iniciativa da sessão especial em homenagem à universidade amazonense e manifestou seu apreço pela Ufam. João Pedro (PT-AM) destacou que a universidade tem um compromisso de ir além das fronteiras e enxergar a Amazônia com um "olhar panamericano", englobando a Amazônia peruana, colombiana e equatoriana.



Jefferson Praia lembra "o amor ao saber" dos fundadores da universidade